

# POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO MARANHÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

**Samuel Luis Velazquez Castellanos** - Pós-graduando em Educação pela Universidade Federal de Maranhão- UFMA

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva compreender as tessituras relacionais entre a história da leitura e os demais fatores que possibilitam a apropriação das materialidades documentais, que registram e perpetuam a memória individual e coletiva de homens e mulheres situados em um momento e em um espaço determinado.

Pensarmos as práticas leitoras como simples contemplação textual, nos levaria a cair num ingênuo radicalismo de vê-la isolada dos aspectos que possibilitam a produção e a circulação do pensamento concreto, neste caso, entendido como o registro material em formatos tangíveis, que pela sua natureza e importância tem contribuído e contribuem na formação das mentalidades, quer nos fatores implícitos na construção da individualidade que se entrecruzam e interdialogam com os aspectos sócio-históricos, econômicos, políticos e educacionais, quer no sentido de formatar e moldar os sujeitos a uma realidade coletiva pronta, alienadora e de ajustamento quer de rupturas com tais processos.

Ao pensarmos nas práticas leitoras de professores e professoras, da cidade de São Luís, na década de 20 à década de 30, temos como eixo, compreendermos os laços de tramas que podem facultar o exercício de memórias de homens e mulheres que situados em um espaço geográfico específico, foram influenciados direta ou indiretamente, pelas políticas existentes na Primeira República, o que nos possibilitará o entender como as mesmas, podem ter repercutido nas práticas pedagógicas dos professores(as), no cenário educacional maranhense.

Não haurindo neste percurso, a concepção de história como simples reprodução do passado, e muito menos, de um passado amorfo e do ontem existido, mas entoando o passado como *leitmotiv* na procura de referenciais que nos ajudem a entender o presente (LE GOLF, 1987). Não concebendo o conceito de história, como um reduto armazenado em janelas de memória, como bibliotecas e arquivos, mas como uma história construída de retratos de memória que se encontram no cotidiano das praças públicas, nas conversas de bar, nos burburinhos e nas coisas efêmeras. Nesses *não lugares*, identificados por Certeau (1996) há

um conjunto de enredos tecidos pelos jogos de poder (BOURDIEU,1990) e, certamente, de enfrentamentos e radicalizações das políticas de ajustamento e de confinamento, como pensa Foucault (1991), ao mesmo tempo em que este conceito de história que pretendemos abordar, perpassa por esse lócus de relações objetivas e subjetivas, se aliando aos papéis fundamentais da escrita, dos saberes escolares, a seus agentes e as suas práticas em seu entorno, transcendendo, completando e desdobrando-se na pesquisas contemporâneas da história social, da história das mentalidades e da história do cotidiano que se nos apresentam como uma herança, “A herança não é jamais dada, é sempre uma tarefa. Permanece diante de nós, tão incontestável que, antes mesmo de querê-la ou recusá-la, somos herdeiros, e herdeiros enlutados, como todos os herdeiros”(DERRIDA,1994, p.78), esperando ser desvelada, entendida através de seus significados e representações.

A importância da análise das práticas leitoras, atualmente faz parte de um apanágio investigativo de pesquisadores nacionais e internacionais que procuram trazer a tona, as maneiras pelas quais, em diferentes momentos, atores sociais apropriam-se das materialidades documentais com múltiplas finalidades, desde aquelas que subsidiam o processo de ensino-aprendizagem, até as que objetivam o prazer e o entretenimento. “Multiplicaram-se os lançamentos de títulos,[...] expandiu-se o interesse acadêmico pela temática e, inegavelmente, criou-se uma sofisticada aparelhagem mercadológica” (SILVEIRA, 2002, p.17).

Esta pesquisa em andamento procura desvelar onde e como ensinavam estes professores(as) ou melhor como transmitiam seus saberes? Como e onde adquiriram suas práticas leitoras? De que famílias procedem? De que modo os saberes e as práticas de leitura contribuíram para sua formação docente? Até que ponto essas práticas leitoras, refletidas na suas práticas pedagógicas, repercutiram e tem repercutido no processo de ensino-aprendizagem e no gosto pela leitura dos seus alunos? Em que medida o comportamento leitor dos seus alunos foi estimulado pelas práticas leitoras desses e outros professores(as) e quais estratégias foram adotadas?

Uma discussão sobre as práticas leitoras dos professores e das professoras maranhenses, revelará suas lembranças e abrirá espaços para considerações acerca do que seriam as peculiaridades das memórias masculina e feminina. Isso significa afirmar, *a priori*, que apesar das diferentes modalidades de análises sobre a memória, no passado ou presente, existe o consenso de que elas estão intrinsecamente ligadas ao lugar que a mulher e o homem ocupam. Ligadas aos tipos de relações, interações e atividades desempenhadas no tecido societal, compreendendo estas práticas e seus espaços de produção e circulação, numa relação direta com o quadro político que mesmo localizado no Maranhão, expressa um pensar e um sentir nacional.

## 2 PANORAMA POLÍTICO, ECONÔMICO E EDUCACIONAL BRASILEIRO

O Brasil ao adentrar no século XX, traz as marcas e influências do período anterior, que para Hilsdorf (2006) é caracterizado como de transposição de valores sociais, do transplante cultural e político, e principalmente, de perpetuação do sistema de educação excludente e da perpetuação das classes dominantes no poder. Período que foi denominado por Fausto (2003), como de um passeio do império para a República, explicitando-se uma política estatal quase inexistente na visão de Freitag (1980) e os traços embrionários de uma prática educacional do Estado. O contexto econômico da época era extremamente vulnerável pois dependia das oscilações do mercado dos países economicamente hegemônicos, caracterizado pelo modelo agroexportador mantido desde o período colonial até a república, finalizando em 1929, com a crise econômica mundial, resultado da quebra da bolsa de valores de Nova York, a qual se refletiu negativa-mente no comércio brasileiro, com a crise cafeeira.

A educação como reprodutora do pensamento oligárquico daquela época é marcada, em princípio pelo pensamento jesuítico e, em seguida, pela adoção de políticas educacionais fragmentadas tanto pela dualidade de correntes existentes –cientificismo e naturalismo–, como também pela pluralidade de doutrinas que não se coadunam às necessidades e interesses nacionais. Oligarquias nacionais que ao ter acumulado capital com a exploração e exportação dos produtos agrícolas, formaram a sua elite nos principais centros de Europa e nas faculdades de Rio de Janeiro, Olinda e São Paulo, que ao retornarem, assumiam os postos de comando político e administrativo, estabelecendo as regras e as formas de pensar da sociedade burguesa .

São estes os intelectuais da produção e circulação de idéias, que através da publicação de jornais, defendiam ou atacavam a seus opositores, sem entretanto, configurar uma mudança ou socialização do conhecimento, tendenciando suas práticas a uma perpetuação e/ou tomada de poder dos espaços de controle político, consubstanciado pelo campo da cultura e da educação, campos constitutivos da formação das mentalidades na garantia da manutenção da ordem e do status quo.

Embora no ano de 1876 existissem apelos por uma reforma educacional levantada por Leôncio de Carvalho, a qual trazia em seu bojo princípios de uma educação universalizada e laica, em todos os seus níveis, do primário ao superior, de forte conotação positivista, estes apelos vieram a se consolidar com outros intelectuais com ideais similares. Em 1909, Carneiro de Leão, considerado por Raúl Bitencourt, o pioneiro do movimento reformista,

escrevera e divulgara a sua obra sobre a educação em conjunto com outros educadores. Essa obra contribuiu com as reformas educacionais, no período de 1920 a 1922, em diferentes Estados, a exemplo da realizada por Sampaio Dória em São Paulo e no Ceará por Lourenço Filho.

Neste intervalo cronológico cria-se a Universidade do Rio de Janeiro, sustentada no decreto 14.343 e aprovada em sete de setembro de 1920 pelo governo de Epitácio Pessoa, fomentando a agregação de três escolas superiores: as faculdades de direito e de medicina criadas desde 1808 por D. João VI em conjunto com a escola politécnica, imperando, até o final desse mesmo ano, o sistema ‘preparatório’, no qual existiam os exames parcelados para o ingresso no ensino superior e a diminuição da procura pelo currículo seriado.

Em 1924, no Rio de Janeiro surge o movimento de educadores que lutam pela criação da Sociedade Brasileira de Educação, que tinha a finalidade de discutir e contribuir com o poder estatal na consolidação de um plano educacional voltado para os interesses nacionais. Luta ideológica que culminaria com o Manifesto dos pioneiros em 1932. Este movimento representaria “[...]a tomada de consciência e o compromisso assumido por um grupo, na luta que perduraria por muito tempo (ROMANELLI, 1990, p.129). Estas múltiplas reivindicações se consolidam, em parte em 1925, com a reforma Rocha Vaz, organizando-se e tornando-se obrigatório o ensino primário, equiparando o ensino secundário ao Liceu Nacional e formalizando o ensino superior.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930, inicia-se um governo baseado no nacionalismo e no populismo respondendo aos interesses da nova configuração societal, formada pela aristocracia rural, a burguesia urbana industrial e a burguesia financeira, nascendo no cenário econômico o modelo de substituição das importações, tendo como eixo, o incentivo ao setor industrial, período no qual, na visão de Romanelli (1990) desde 1930, se explícita uma enorme defasagem entre a educação e o desenvolvimento, resultado da expansão contida pela inelasticidade da oferta, o baixo rendimento do sistema escolar acentuado pela discriminação social.

Neste mesmo ano cria-se o Ministério da Educação e da Saúde –embora tivesse existido na República–, objetivando através da reforma Francisco Campos, políticas educacionais como forma de dotar os país de uma rede de estabelecimentos de ensino, voltada para as camadas populares de modo a formar mão-de-obra para atender ao processo de industrialização. Pela primeira vez, cria-se uma instituição que se voltava exclusivamente para as políticas educacionais, Francisco Campos, como ministro da educação e apoiado por “intelectuais funcionários” (MICELLI, 1985) a exemplo de Fernando de Azevedo, Anísio

Teixeira e Lourenço Filho, planejam ações educacionais que rompessem com modelos tradicionais de ensino, cuja referência eram as idéias de John Dewey, as quais foram denominadas de escolanovistas.

Na visão de Nunes apud Romanelli (1990,p.131), a reforma Francisco Campos foi “[...] teoricamente uma grande reforma” por estabelecer o currículo seriado e a divisão do ensino em dois níveis, o fundamental e o complementar, sendo obrigatória a habilitação deles para a entrada ao ensino superior; pela equiparação de todos os colégios secundários oficiais semelhante ao Pedro II; pela organização do ensino privado sob a inspeção federal criando a carreira de inspetor e estruturando o sistema para que tivesse efetividade; pelo estabelecimento da formação básica geral e não complementar concebendo-a como propedêutica, dando-lhe uma estrutura orgânica ao ensino (secundário, comercial, superior). Segundo a autora, pela primeira vez, uma reforma atingia a estrutura do ensino imposta ao território nacional, dando-lhe uma ação e participação mais objetiva, ao Estado em relação à educação

Agrega-se a isso, uma política de produção científica em educação através da publicação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, canal de comunicação criado com a finalidade de divulgar experiências educacionais desenvolvidas por educadores brasileiros e a troca de saberes e de práticas com estrangeiros, notadamente os americanos. Como forma de ampliação das políticas educacionais é fundado o Instituto Nacional do Livro, em 1937, que objetiva implantar bibliotecas públicas em todo o território brasileiro, facultando a leitura principalmente dos clássicos da literatura nacional.

A partir da análise desta anátema de elementos constituintes e constituídos que se entreimplicam no tecido societal brasileiro no período em estudo, caberíamos perguntar-nos onde, por quem e em quais reais condições, se entoa a história maranhense? Até que ponto correspondem-se as transformações no nível político, com o nível educativo? Como o hino educacional ludovicense se apropria das conjecturas geopolíticas e se faz significar no mosaico cultural que o conforma? Até que ponto transcende as fronteiras de territorialidade que o cercam, ao impor suas expressões e representações de cultura local e específica?.

### **3 CENÁRIO EDUCACIONAL MARANHENSE:**

Ao trazermos este debate para o Estado maranhense, podemos afirmar que a origem das políticas educacionais na Primeira República não diferem do resto do país, as quais sofreram fortes influências do Período Imperial, sem deixar de considerarmos a visão de Andrade (1984, p. 23), ao afirmar-nos que “Não existe ainda um estudo que se possa considerar completo e recomendável sobre a evolução da instituição educacional no Maranhão”.

Até a independência o comércio do livro no Maranhão era praticamente nulo. Jerônimo de Viveiros (1954), ao se reportar à produção e circulação da cultura impressa afirma que no Estado, como em outras localidades, além da escassez de livros havia uma forte censura exercida pelo governo local em obediência às determinações da metrópole portuguesa, ou seja, se uma obra era considerada nociva a sua leitura, era apreendida pela alfândega, “Foi o que aconteceu ao oficial maior da secretaria do governo, Antonio Marques da Costa Soares, a quem o Governo impediu de despachar o ‘Contrato Social’ de Rousseau, que mandara vir da França” (VIVEIROS, 1954, p.339-340), constituindo-se este fato, apenas um dos inúmeros casos de exercício de poder e de controle sobre as práticas leitoras.

Este quadro, não foi diferente em outras localidades, pois durante a Inconfidência Mineira, parte dos considerados insurgentes, foram condenados pelo material que guardavam em residências, como retrata Frieiro (1985), na obra “ O diabo na livraria do Cônego”, em que havia coleções completas da Enciclopédia de Diderot e D’Alambert, obra responsável pela formação das mentalidades dos revolucionários franceses.

A primeira casa de venda de livros que existiu em São Luis, foi a Repartição dos Correios, não dando muito resultado pelo desinteresse dos maranhenses pelo ato de ler. O Maranhão, num período de 15 anos durante o Império, se afeiçãoou ao convívio com os textos e ao gosto pela leitura. Gosto estimulado inicialmente pela imprensa criada em 1821 e desenvolvido com o nível de importância que a mesma tomou em 1836, constituindo-se O Censor Maranhense, primeiro periódico do estado. Nesta mesma época, em 1821, é editado pela Typographia Rollandiana, o ‘Espelho Crítico e Político da Província de Maranhão’, o qual explicava como se tinha povoado o Brasil, a sua história de amarguras, os sacrifícios e os progressos naturais da província.

A lei de 15 de outubro de 1827, determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos. O Maranhão aumentara de 14 para 24 escolas, num curto período de tempo, representando um passo na difusão da educação por parte do Estado. Surgem entre elas, em 1844 o Colégio N.S. da Glória (para meninas) ou Colégio das Abranches, entre tantos outros, mas já em dito colégio, existia uma seção para meninos com o objetivo de prepará-los para o Liceu Maranhense, já criado no 1838.

A Renascença Maranhense foi marcada pela criação do Colégio Perdigão, destinado ao preparo mental do sexo masculino, bem como o Colégio do Pires. Em pouco tempo, “[...]o Maranhão tornara-se de fato e de direito, a ‘Athenas Brasileira’. Grandes vultos surgiram de súbito nas letras, nas ciências, nas artes e na política” (ABRANCHES, 1941, p.119). Em 1846 a presença de Gonçalves Dias, o maior gênio da poesia nacional ateia o fogo sagrado nas almas juvenis, fundando uma associação literária: o Grêmio, associação criada em contraposição aos associados do Liceu e as suas idéias conservadoras. Espaço onde se denunciavam os problemas que azotavam a época, se discutiam tanto os problemas políticos, econômicos, educacionais, artísticos, científicos, como também as injustiças sociais.

Neste período, surgiram muitos periódicos, dentre os quais, o Vulcão (1848), a República (1890). Por outro lado, desde o decênio de 1860 a 1870, a cidade de São Luis, tinha quatro editoras sendo o maior sucesso de livraria daqueles tempos o “Livro do Povo” de Antonio Marques Rodriguez. Ao progresso destas casas editoras, lhe acompanhava o desenvolvimento das livrarias, sendo a “Universal” a que mais progrediu, festejando seu centenário em 1946. O Gabinete Portu-guês de Leitura foi fundado em outubro de 1852, tendo como fim disseminar o gosto pela Leitura, propiciando ao público bons livros de sua opulenta e variada biblioteca, além de patrióticas sessões cívicas e conferências ilustrativas.

O Maranhão se tornara, umas das províncias mais farta do Império, pela sua riqueza econômica e pela pujança intelectual dos seus filhos, e em 1881 ainda conservava seus foros de metrópole espiritual de Brasil, tornando-se a cultura do vernáculo, o padrão de sua glória. Mais tarde surge o Clube dos Mortos (grupo abolicionista), o Clube dos Cinco, o Clube Roncador, todos formados por intelectuais, espaços onde se discutiam questões de arte, letras e política tratando de fundar uma folha independente e livre para propagar a abolição e a república. Propagação que se consolida com a proclama da Lei Áurea em 1888, realidade tão esperada pelos abolicionistas e escravos.

Enfim, todo esse movimento durante o século XIX, atinge as primeiras décadas do século XX de maneira fragmentada pela crise econômica em que o Maranhão perde o seu poder como centro nordestino agro-exportador de açúcar e algodão, considerado-se o período de 1889 a 1898, como o de consolidação da República, apesar de ser marcado e assinalado por conflitos e crises econômicas e políticas em todo o território nacional. Período que representa a fase de ajustamento das antigas estruturas, aos novos mecanismos de controle da economia e à nova ordem do poder.

Numa tentativa de deter a derrocada iminente, de vencer os embaraços causados pela falta de capitais e braços, os maranhenses procuraram transformar o seu Estado agrícola em Estado Industrial e num espaço de dez anos [...] construíram, com recursos próprios, um parque industrial respeitável, que ocupava o segundo lugar do país, no setor, com 27 fábricas [...] só

suplantado por Minas Gerais, que tinha trinta e sete” (ANDRADE, 1984, p.12).

O processo de industrialização do Estado, contribuirá mesmo que de maneira tênue, como afirma Andrade (1984) para a ampliação do campo da educação e, por conseguinte, dos espaços de leitura e da produção literária. A República como anteriormente evidenciado constituiu-se, nas primeiras décadas, como um prolongamento do século XIX. O Liceu, é ainda, o espaço privilegiado de formação da elite local como preparatório para o ensino superior. Apesar de começar o predomínio das escolas privadas, pela carência de escolas oficiais para atender a crescente demanda. Foi nessa época que se travou o debate em torno da criação de uma Escola Modelo, anexa a Escola Normal, como espaço de exercício para os alunos normalistas.

Em 1903, o Governo do Estado converte em grupos escolares as escolas estaduais existentes no perímetro da cidade de São Luis, compreendendo cada um, três escolas que seguiriam o método de ensino implantados na Escola Modelo, autorizando-se em 1905 a criação de outros grupos similares no interior do estado.

Apesar da crise econômica, o Estado continuava, mesmo timidamente, avançado na educação, destacando-se a participação e empenho de Benedito Leite no seu governo (1906-1914). Ao remodelar a Escola Normal, cria a Escola Modelo e ao fundar a Biblioteca Pública e a Imprensa Oficial, brindou uma “grande contribuição ao desenvolvimento da cultura no Estado”(ANDRADE, 1984, p.33).

Destaca-se nesse período a instalação da Faculdade de Direito em 1918, primeira escola de ensino superior na gestão de Cunha Machado, concretizando-se o antigo desejo dos intelectuais maranhenses. Maranhão, que se comparado a outras localidades do Norte e Nordeste, a implantação deste ensino foi tardia, resultante do desinteresse da classe dominante que preferia enviar seus filhos para o exterior e centros culturais mais desenvolvidos. Este grande ensino que se ampliara e consolidara com a criação das Faculdades, de Farmácia e de Odontologia, em 1920 e 1925 respectivamente, graças ao acúmulo de capital pelo Estado com a produção e exportação de algodão para os Estados Unidos e Europa.

Apesar de que a Primeira Guerra Mundial tenha funcionado como barreira protecionista da economia do país, obrigando à indústria nacional a produzirem aquilo que antes era importado, e reconhecendo o relativo progresso econômico do Maranhão, isto não contribuiu para que se conseguisse alcançar mais no contexto nacional, a situação de destaque que os maranhenses alcançaram durante uma parte do século XIX, sem deixar de mencionar o coronelismo “[...] fundamental para o entendimento do processo político do país, sobretudo

nas regiões Norte e Nordeste, acentuado durante a primeira República e vigente até os dias atuais em novas modalidades”(ANDRADE,1984, p.17).

Godofredo Viana, em seu governo, considerado como um legítimo representante do fenômeno caracterizado como *entusiasmo pela educação*, cuidou na segunda década do século XX, promover a difusão do ensino por todo o estado, no sentido de combater a *chaga do analfabetismo*<sup>1</sup>, criando escolas urbanas e rurais numa tentativa de suprir a grande demanda de matrículas na capital, equiparando os cursos primários da Escola Normal Primária: São Luis Gonzaga, Colégio Santa Teresa, o Instituto Fernandes e d Educandário Maria Auxiliadora ao curso primário da Escola Modelo Benedito Leite. Apesar de que os entusiastas da educação despertaram a difusão do ensino primário, no interior do Estado vai-se despertando o interesse pela instrução do ensino secundário, liderando estas reivindicações municípios como Pinheiro e Codó, os quais fundam em 1926, estabelecimentos congêneres à escola Normal, pontos de partida para a disseminação da instrução secundária nos interiores maranhenses.

Nessa década as inovações pedagógicas no Maranhão se tornam mais expressivas com o movimento escolanovista, que iria culminar com a reforma do ensino primário de 2 de março de 1932, modificando e ampliando as ações da Escola Modelo e dos grupos escolares. Grupos escolares que atingem maior expansão na década de 50. Segundo Motta (2006, p.150) “[...] isso altera muito pouco o panorama desolador da escolarização no Maranhão”. Na década seguinte, este quadro se mantém inalterado, na medida em que a população escolar, na faixa etária de 7 a 14 anos era de 16,6%. Em 1970, aumenta para 36,9% a população nesta faixa etária atendida pelo Estado.

#### 4 CONCLUSÃO

Nestas primeiras aproximações com nosso objeto de estudo em investigação podemos compreender, o apanágio de fatores que de uma forma ou outra se entremeiam e se interdialogam, mostrando-nos um sem-fim de significados singulares que são representativos, das clivagens sociais, que conformam o cenário político educacional maranhense, na década de 20 da Primeira República .

Neste recorte histórico, apesar da dicotomia existente entre os interesses governamentais de reformadores e católicos, pertencentes à nova estrutura social que se configurava na passagem do modelo agroexportador para o modelo de substituição de

<sup>1</sup> Publicação pelas estatísticas dos Estados Unidos que denunciava o Brasil como o país líder no mundo em números de analfabetos (ANDRADE, 1984)

importações em 1930 e as aplicações das políticas educacionais refletidas nas inúmeras reformas com respeito ao ensino, neste período de transição até o governo de Getúlio Vargas, em função de uma garantia de sobrevivência e de permanência do modelo econômico, não alcançaram o efeito desejado.

Reformas sustentadas pela articulação entre aristocratas rurais, burguesia urbana industrial, burguesia financeira e o papel dos educadores e do Estado, que viam na educação a única salvação do Brasil inserir-se nas demandas recentes do mercado. Reformas que se por um lado ajudaram, em grande parte, a diminuir o nível de analfabetismo que obstruía a participação do país nas políticas internacionais dos países economicamente hegemônicos, por outro, ocultavam com um pano de fundo, as verdadeiras causas que engendravam a pobreza e a miséria, responsabilizando a educação como a única forma de satisfazer as necessidades sociais. Para Andrade (1984, p.39), “[...] a instrução pública se constituía, assim num grande engodo, deixando a escola primária sair a cada ano, centenas de crianças semi-analfabetas e o que é pior, culturalmente alienadas, incapazes de pensar criticamente”, deixando o povo maranhense, desta forma, mudo e sem nenhuma participação.

Educação que prescrevia, como até hoje prescreve, uma inserção no mercado do trabalho, com um ensino mínimo. Um ensino que se fundamenta no saber ler, escrever e contar na garantia de fazer do sujeito, um outro consumidor de bens e serviços. Uma educação que afunilava e continua afunilando, os seus alunos numa hierarquização social, tendo como parâmetro norteador, a divisão social do trabalho. Direcionando, manipulando e garantindo através de uma educação eqüitativa, que todos terão igualdades de oportunidades e de realizações futuras.

Uma educação que olha o ensino como o mero salvador de uma humanidade que ainda que seja em parte racionalmente alfabetizada, é quase no geral, emocionalmente e politicamente analfabeta. Sociedade onde os valores morais estão invertidos, onde o significado de respeitar o outro, mas do que de aceitar as diferenças deveriam discutir-se como elas surgem e como por trás da identificação das diferenças existem jogos de poder de identidades naturalizadas e por tanto *silenciadas*, que ao silenciar-se manipulam o entorno a seu favor pensado no seu *eu* em detrimento do *outro*. Mas como todo o que é sólido se desmancha no ar, parafraseando Marx, devemos desvelar os inúmeros elementos envolvidos nas relações educacionais que nos levaram a o que somos hoje, para poder entender, compreender de que forma esse hoje, poderia se transformar em um amanhã melhor, nem para o *eu* na sua singularidade, nem para o *outro* na sua coletividade. Uma educação que nos ajudasse na construção de um amanhã para o *nós*, um *nós* na nossa pluralidade.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunsheede. **O Captiveiro**. Rio de Janeiro, 1941.

ANDRADE, Beatriz Martins de. **O Discurso Educacional do Maranhão na Primeira República**. São Luis: UFMA, 1984

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. V.1. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11<sup>a</sup>. ed. São Paulo, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRIEIRO, Eduardo. **O Diabo na Livraria do Cônego**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

HILSDORF, Maria Lúcia S. **O Aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada**. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

LE GOFF, Jacques. **A Nova História**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MICELLI, Sergio. **Os Intelectuais Brasileiros**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MOTTA, Diomar das Graças. A Emergência dos grupos escolares no Maranhão. In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de letras, 2006.

ROMANELLI. Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

SILVEIRA, Francinete. **Biblioteca, leitura e desenvolvimento: Algumas considerações**. Disponível em: <http://www.informaçãoesociedade.ufpd.br>. Acesso em: abril, 2002.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comercio no Maranhão**. São Luis: Associação Comercial, 1954.